

PROCESSO - A. I. Nº 210674.3010/16-3
RECORRENTE - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - CERÂMICA BARRO FORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. -ME
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0234-01/16
ORIGEM - INFAZ GUANAMBI
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 14/07/2017

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0220-12/17

EMENTA: ICMS. SIMPLES NACIONAL. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES. O próprio autuante na Informação Fiscal reconheceu a improcedência da autuação. Esclareceu que o sistema corporativo INC não informara a transmissão das PGDAS. Registrou que os documentos trazidos pelo impugnante efetivamente dizem respeito à PGDAS-D relativas ao período objeto da autuação, todas transmitidas antes do início da ação fiscal, sendo que o autuado aderiu ao parcelamento do Simples Nacional, compreendendo o período da autuação. Infração insubsistente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela Fazenda Pública Estadual contra a Decisão da 1ª JJF, proferida através do Acórdão nº 0234-01/16, que julgou o Auto de Infração Improcedente, no valor de R\$84.765,94.

O Auto de Infração em lide, lavrado em 17/06/2015, formaliza a exigência de ICMS referente ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, devido pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. Período de ocorrência: janeiro a dezembro de 2012, janeiro a dezembro de 2013.

A 1ª JJF julgou o Auto de Infração Improcedente, após tecer dos seguintes comentários:

VOTO

“Inicialmente, no que tange à arguição de nulidade por inépcia do Auto de Infração, em razão de não constar no referido documento qualquer determinação da exigência para sanar a suposta infração, nem intimação para seu cumprimento ou impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, não há como prosperar a pretensão defensiva.

Isso porque, apesar de efetivamente não constar no corpo do Auto de Infração em lide os registros aduzidos pelo impugnante, por certo que a defesa apresentada tempestivamente pelo autuado - formalizada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da ciência da autuação – afastou a possibilidade de qualquer prejuízo ao exercício do seu direito de ampla defesa e contraditório, aliás, registre-se, que foi exercido plenamente.

Assim sendo, não acolho a nulidade arguida sob esse fundamento defensivo.

Quanto à nulidade arguida por incompetência do Agente de Tributos para lavrar Auto de Infração, também não há como prosperar.

Na realidade, consoante estabelece o § 3º do artigo 107 do Código Tributário do Estado da Bahia (COTEB), Lei nº 3.956/81, o Agente de Tributos Estaduais tem sim competência para a constituição de créditos tributários decorrentes da fiscalização de estabelecimento de microempresa que seja optante pelo Simples Nacional, como é o caso do autuado.

Desse modo, também não acolho a nulidade arguida pelo impugnante sob esse fundamento.

Relativamente à alegação de que o Auto de Infração em lide não foi devidamente registrado no Sistema

Eletrônico de Processamento de Dados pela repartição fiscal encarregada do preparo do processo no prazo legal, conforme determina o art. 45 do RPAF, verifico que no extrato do Sistema de Gestão da Administração Tributária (SIGAT), acostado à fl. 183 dos autos, consta o registro do Auto de Infração em lide, o que afasta a alegação defensiva.

No mérito, observo que o próprio autuante na Informação Fiscal admitiu que o sistema corporativo INC não informou a transmissão das PGDAS relativas aos exercícios 2012 e 2013 feitas pelo autuado, o que culminou na lavratura do presente Auto de Infração. Reconheceu o autuante que os documentos trazidos pelo impugnante dizem respeito à PGDAS-D relativas ao período objeto da autuação, sendo todas transmitidas antes do início da ação fiscal. Acrescentou que corrobora com esses fatos, o recibo de adesão ao parcelamento do Simples Nacional, fl.112, compreendendo os exercícios 2012 e 2013 com prazo para pagamento da primeira parcela em 28/11/2014, fl.113. Conclusivamente reconheceu a improcedência da autuação.

No presente caso, o autuado se incumbiu a contento em comprovar a insubsistência da autuação. Apresentou elementos que comprovam que não incorreu na conduta infracional que lhe foi imputada. O próprio autuante reconheceu assistir razão ao autuado, inclusive a sua adesão ao parcelamento do Simples Nacional, compreendendo os exercícios 2012 e 2013, antes do início da ação fiscal.

Diante disso, a infração é insubsistente.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.”

A JJF interpõe Recurso de Ofício nos termos do art. 169, I, “a” do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, para devida apreciação por essa Câmara de Julgamento Fiscal.

VOTO

O Auto de Infração nº 210674.3010/16-3, lavrado contra a CERÂMICA BARRO FORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., objetivava a cobrança do ICMS referente aos períodos compreendidos de janeiro a dezembro de 2012 e janeiro a dezembro de 2013.

Ressalta que a Recorrida é uma empresa enquadrada no Regime Simplificado do Simples Nacional e, em conformidade com o previsto no art. 6º da Lei Complementar 123/2006, apura mensalmente, mediante programa fornecido pela Receita Federal do Brasil (PGDAS-D), e recolhe seus tributos mediante documento único de arrecadação (DASN).

Por lapso do Autuante, ao realizar o levantamento das declarações transmitidas para fins de verificação do valor declarado do ICMS pela Recorrida junto ao sistema corporativo INC, não se atentou para o fato que o PGDAS e PGDAS-D são dois aplicativos que efetuam o cálculo dos tributos devidos mensalmente no Simples Nacional, sendo que o primeiro é utilizado para os períodos de apuração até dezembro/2011, enquanto que o segundo para os períodos de apuração a partir de janeiro/2012.

Outra diferença é que as informações prestadas no PGDAS-D têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas.

Assim, ao buscar erroneamente o PGDAS da Recorrida do exercício de 2012 e 2013 junto ao sistema corporativo INC, obviamente não encontrou nenhuma declaração transmitida, lavrando indevidamente o Auto de Infração para cobrança do ICMS.

O Autuante, acolhendo as razões do Recorrido, consultou devidamente junto ao sistema as PGDAS-D declaradas, concluindo pela improcedência da ação fiscal.

Considerando que a Recorrida apresentou toda documentação comprobatória no exercício de sua defesa, considerando o reconhecimento do Autuante divulgado em INFORMAÇÃO FISCAL, considerando que como prova adicional a Recorrida anexou comprovante de adesão ao parcelamento do SIMPLES NACIONAL, compreendendo débitos dos exercícios de 2012 e 2013, resta claro a insubsistência da referida Autuação.

Mantenho, portanto, a Decisão recorrida, na forma como foi prolatada, NÃO DANDO

PROVIMENTO ao Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210674.3010/16-3**, lavrado contra **CERÂMICA BARRO FORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - ME.**

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de junho de 2017.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - PRESIDENTE

LEILA BARRETO NOGUEIRA VILAS BOAS - RELATORA

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS